



| Entrevista |

Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia

Entrevistadores

Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva
George Fellipe Zeidan Vilela Araújo
Paloma Porto Silva



História, verdade e linguagem: a historicidade das ciências

Entrevista com o Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia¹

Por
Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva
George Felliipe Zeidan Vilela Araújo
Paloma Porto Silva

Temporalidades: *Assim como o Thomas Kuhn, o senhor tem formação da Física. Como surgiu o seu interesse pelas ciências humanas?*

Carlos Alvarez Maia: Antes de ingressar no instituto de física, encontrava-me próximo do positivismo e era crédulo de que havia uma “verdade” no mundo a ser “descoberta” pela ciência. Durante o curso de física na PUC-Rio tudo mudou. Aprendi que havia uma sucessão de verdades condicionada pela temporalidade. Galileo, Newton, Laplace, Einstein pareciam levar a um caminho de aproximações sucessivas para uma verdade da natureza que teimava em escapar. Já Mach, Bohr e a mecânica quântica viraram pelo avesso a mitologia dessa ciência objetivista. Além disso, a PUC facilitava (e até obrigava) o trânsito por outros departamentos e minha participação na filosofia deixou-me ante a demolição da ideologia cientificista nas aulas de Japiassu². Criamos – na física – um grupo de estudos denominado “Macumba da física”, sob a orientação de Mario Bunge, cuja meta era destrinchar nossas perturbações ante as inovações teóricas e epistemológicas da física do século XX. A filosofia tornava-se um complemento indispensável do saber científico. Líamos Kuhn, Koyré, Bohr, Heisenberg, Bohm e Feyerabend. Formei-me em física em 1978 com muitas inquietações, mas ainda apaixonado pela capacidade humana em elaborar teorias com grande força explicativa.

Trabalhei em astrofísica, com estrelas de nêutron em rotação, cada vez mais alimentado por um espanto ante a eficiência explicativa das teorias e, por contraste, com os métodos pragmáticos envolvidos nessa produção que desfaziam qualquer pretensão de se estar referindo a uma ontologia “verdadeira” para o mundo. Foi quando, em 1984, surgiu a oportunidade de criarmos, a partir do Observatório Nacional, o Núcleo de Pesquisas em História das Ciências, NHC-CNPq.

¹ Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9656659906427297>>.

² Hilton Ferreira Japiassu foi professor do alto escalão da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). cursou doutorado em Filosofia (Epistemologia e História das Ciências) na Université des Sciences Sociales de Grenoble da França.



Saí da física e dediquei-me integralmente a este projeto – hoje, MAST. Era intenso, naquele momento, o impacto de muitas novidades então recentes, como o “programa forte”³ e a edição de Fleck, que serviram de norte para minhas certezas em favor da história. Em 1988 ingressei no doutorado em História, na USP, já totalmente envolvido com os estudos historiográficos. No horizonte das expectativas persistia um problema: como explicar um conhecimento – a ciência – que atua com tanta precisão no mundo natural e que é uma produção histórica, humana.

Temporalidades: *São poucos os pesquisadores que se dedicam a estudar teoria e historiografia acerca da História das Ciências. Como historiografista desta área, o senhor já mencionou, em textos anteriormente publicados, a existência de um “problema referente à historicidade das ciências”. Como o senhor configuraria esse problema?*

Carlos Alvarez Maia: Salvo raríssimas exceções, a história das ciências constituiu-se como uma alegoria das próprias ciências historiadas. Costumo dizer que “a história das ciências foi um empreendimento de historiadores ausentes”. Ela era uma atividade desenvolvida, em geral, por cientistas e filósofos que se encontravam preocupados em desvendar a lógica pela qual uma dada teoria era produzida. Muitos problemas advieram daí e que podem ser reunidos sob uma mesma fragilidade. Faltava a essa história a captura da qualidade fundadora de toda e qualquer história: sua historicidade. Há uma historicidade constitutiva dos saberes que escapava a esses “historiadores”. Essa historicidade não permite desconhecer que ciência seja uma atividade humana, socialmente estabelecida, em confronto com um ambiente.

Com tais histórias de historiadores ausentes, foi usual considerar-se ciência como um produto das mentes de indivíduos excepcionais, fruto da racionalidade e inteligência humanas desvendando uma verdade que pertencia ao mundo natural e outros blá-blá-blás variados.

Decorre daí um folclore metafísico que traz, sub-repticiamente, vários engodos. Um é a separação ontológica entre sociedade e natureza que coloca a Ciência, grafada com maiúscula, no reino da ontologia ao lado da natureza e fora da sociedade e, claro, sem história. Tal Ciência seria um prolongamento do mundo natural, algo que emergiria da natureza e o ser humano seria um mero leitor, neutro, objetivo, que desvendaria seus segredos e suas leis. Tece-se assim o mito da objetividade, de um conhecimento objetivo como puro reflexo da verdade natural. Os problemas

³ O *Programa forte* é fruto de um programa de estudos interdisciplinares sobre a atividade científica denominado: *Science Studies Unit*, da Universidade de Edimburgo, Escócia. Tal Programa desenvolveu uma tese que procurou explicar o processo de desenvolvimento da ciência sem os parâmetros de racionalidade universais e apontar o conhecimento sociológico como o ápice deste processo.



históricos eram simplesmente problemas epistemológicos. Ficava, dessa forma, invisível a participação do ser social na elaboração desse saber – parecia que não havia necessidade da história para compreender tal saber, bastavam-lhe a cronologia e a crônica. Sem a história, a história da ciência com esse viés perseguia diversos mitos metafísicos, como a Verdade e a objetividade cognitiva do mundo exterior de uma Ciência sem sujeito.

Temporalidades: *O senhor vem desenvolvendo, há algum tempo, o conceito “agenciamento”. Como o senhor explicaria esse conceito para os nossos leitores?*

Carlos Alvarez Maia: As décadas de 1970-1980 foram bastante inovadoras para a historiografia, mas nos legaram um impasse. De um lado, havia sociólogos relativistas privilegiando as ações e decisões humanas – como o “programa forte” – e, do lado oposto, como realistas, cientistas e antigos historiadores da ciência que enalteciam as “verdades extraídas da natureza pela mente humana”. A discussão entre esses dois grupos – realistas e relativistas – era marcada pela questão “quem atua? o ser social ou o fato natural?”, “quem decide: a sociedade ou a natureza?”. *Grosso modo*, esta discussão permanece até hoje.

O que está em jogo aqui – “quem atua?, quem decide?” –, na polêmica entre realismo e relativismo, é bem resolvido no âmbito de uma teoria da prática. Na disputa entre realismo e relativismo, há vestígios de um idealismo pernicioso que precisa ser descartado. Em contrapartida, situo-me no terreno da pragmática. É na prática vivencial que quaisquer dúvidas desaparecem. Todos (nós, enquanto filósofos leigos vivendo nossas rotinas de vida) sabemos quando devemos “obedecer” às forças e ocorrências naturais e quando é possível enfrentá-las e reconstruir o mundo segundo nossa vontade. Assim age um carpinteiro, um ferreiro, um engenheiro, um cozinheiro (...). Todos esses profissionais sofrem as “ações” dos agentes materiais, as interpretam e interagem com o ambiente, retribuindo, atuando sobre o mundo. Assim, as percepções: da dureza de uma peça de madeira determina seu uso, das propriedades do metal fornece as condições de sua metalurgia, da qualidade do concreto permite a viabilidade de uma planta arquitetônica, da mistura dos temperos e a arte do cozimento propiciam a confecção de pratos comestíveis. Todos partem de percepções de algo que os afetaram. Esses profissionais devem interagir – receber e retribuir – as interferências promovidas no sujeito pelo meio material. Sujeito e objeto interagem.

Em palavras mais próximas do jargão sociológico, diríamos que tudo e todos são agentes. Isto é, há agenciamento tanto do clássico ator social quanto do meio material, ambos agenciam. A novidade aqui é considerar a agência das coisas, a agência material, e, o grande desafio, é explicar



como ocorre essa agência material sobre as pessoas. Há agência sempre que algo afetar um indivíduo. Um aroma percebido de um vegetal desconhecido da Amazônia é uma agência material de algo que poderá se desdobrar na confecção de um perfume que poderia ser nomeado “Néctar da Floresta”. Este perfume decorre de uma interação, um agenciamento, uma afecção, entre um agente material e uma pessoa.

O mesmo vale para a “lei da Inércia de Galileo”, a “invenção” da dinamite por Nobel, o traçado serpenteante de uma rodovia pelas encostas dos morros, o apetite de alguém ante uma refeição, a obediência de um motorista a uma lombada na estrada. São atividades que partem de algo que afetou o sujeito. E mais uma vez, sujeito e objeto interagem. Nada é exclusivamente uma produção mental de indivíduos isolados. A agência sempre é interativa, há no mínimo dois envolvidos em todo e qualquer agenciamento.

O foco da questão do agenciamento, sua dificuldade, é detectar aquilo que afetou o indivíduo – a agência material – e como esse indivíduo reage a esta afecção. Há que se desvendar os detalhes do processo de agenciamento.

Temporalidades: *Ultimamente, o senhor tem desenvolvido trabalhos sobre o médico polonês Ludwik Fleck (1896-1961), mais especificamente, sobre a “teoria ativo-passivo” presente na fortuna literária deste autor. Pensando no campo de estudos sobre as ciências, como a teoria “ativo-passivo” de Fleck refletiria as atuais questões do embate entre os ditos “modernos” e “pós-modernos”? Teríamos aí um consenso?*

15

Carlos Alvarez Maia: Antes de responder a essas perguntas, há necessidade de esclarecer algumas ambiguidades. Precisamos definir bem os termos “moderno” e “pós-moderno”. Há oposição entre eles ou trata-se de uma continuidade?

Deixando de lado esse aspecto que simplesmente amplia e adia nossa discussão, faço uma proposta (meio simplificadora): considero que grande parte das discussões contemporâneas sobre esse assunto coloquem em terreno oposto objetividade moderna e subjetividade pós-moderna; e assim, observo que:

- um conhecimento é dito objetivo quando reflete fielmente uma “verdade” do objeto – o sujeito seria passivo e o objeto ativo;
- e seria subjetivo ao configurar-se como algo restrito às idiossincrasias do sujeito – um sujeito ativo ante um objeto passivo.



Dessa forma, requalifico a polaridade entre “moderno” e “pós-moderno” como um debate que se alimenta de um vício, o vício da clássica ruptura metafísica entre sujeito e objeto (o moderno supostamente a favor e o pós-moderno, meio confuso e às vezes, contra).

Aqui é que entra Fleck⁴, como um trator epistemológico, tornando o terreno transitável, aplainando inconsistências variadas.

Confesso que fui seduzido por esse autor desde o início da década de 1980 quando conheci sua tradução americana.

Na “teoria do ativo-passivo”,⁵ Fleck estabelece que sujeito e objeto intercambiam seus papéis em um processo dinâmico. Com isso, Fleck desfaz a estática proposta pelo objetivismo (onde o objeto seria o foco da atividade) e do subjetivismo (onde o sujeito é o portador da ação). Atividade não é, em Fleck, uma qualidade inerente nem ao objeto nem ao sujeito, estritamente. Fleck está bem próximo daquilo que sugiro como agenciamento recíproco. Sujeito e objeto estão em contínua interação, ambos são agentes.

E mais. Em Fleck, o dueto desmonta-se com a presença de um terceiro elemento: o conhecimento adquirido. Aí é que entra a historicidade da situação: o saber já constituído historicamente. Este terceiro ingrediente impede que se considere um sujeito, em si, neutro, inerte. Todo sujeito já está integrado a um estilo de pensamento que o define como um ser histórico. E todo objeto é percebido na contraluz do saber já internalizado pelo sujeito. Não há um vácuo onde flutuariam sujeito e objeto, há um oceano histórico que os embebe.

Com esses argumentos, Fleck é um autor adequado para enfrentar nosso dilema contemporâneo entre realismo e relativismo (como querem alguns: o primeiro como característica das pretensões modernas, e o segundo, como um dissabor pós-moderno).

- No realismo dá-se destaque ao objeto ativo contraposto a um sujeito passivo, configurando o ideal de objetividade.
- No relativismo, ao inverso, a atividade é restrita ao sujeito e o objeto é inerte, nos encontramos imersos na subjetividade.

Tais categorias – realismo, relativismo – não são “bons” conceitos em Fleck. Tal como as de sujeito e objeto; todas possuem somente funções analíticas.

⁴ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Tradução de George Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

⁵ A “teoria” do ativo-passivo foi trabalhada na resenha sobre Fleck: MAIA, Carlos Alvarez. Uma chave de leitura de Fleck para a pesquisa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, out.-dez. 2011, p. 1174-1179. Ver <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-597020110004&lng=pt&nrm=iso>. Essa “teoria” também mereceu um apêndice específico no livro mencionado na questão 8.



Na pergunta anterior, mencionei “Há agência sempre que algo afetar um indivíduo”. O “afetar alguém” depende do estilo de pensamento do sujeito. “Afetar” corresponde ao terceiro elemento em Fleck. Para algo afetar alguém depende de ser reconhecido no interior das práticas discursivas desse alguém, de seu estilo de pensamento. Caso o algo mencionado esteja fora das experiências progressas ele torna-se invisível. Não interage e não é detectado como um objeto – não há agenciamento. Por isso uma ultrassonografia pode ser “lida” por um especialista e não por um leigo. A “leitura” de algo (a interação) somente ocorre em um dado estilo de pensamento que conforma um sujeito. Esta relação triádica de Fleck coroa sua “teoria” do ativo-passivo.

Antes de estabelecer um consenso entre modernos e pós-modernos, penso que Fleck desloca a questão para outro cenário. Um cenário no qual o relativismo não é tão demoníaco assim, nem o realismo é tão caricato. Neste cenário não há ringue onde sujeito e objeto digladiam-se, há somente uma torrente que os embebe, o devir histórico.

***Temporalidades:** O senhor acredita que o “agenciamento” poderia resolver o impasse entre humanos e não-humanos a que Callon e Latour chegaram?*

Carlos Alvarez Maia: Permitam-me uma digressão. O grande mérito desses autores foi o de estarem entre os primeiros a contraditarem-se ao relativismo do programa forte. Nas interpretações críticas iniciais, o programa forte era acusado de reduzir o processo cognitivo a uma negociação estrita entre os atores sociais. Faltava-lhe, diziam seus opositores, os participação dos elementos naturais – a natureza.

Num primeiro momento, Callon-Latour apresentavam um sólido argumento ao solicitarem que ambos, natureza e sociedade, deveriam ser consideradas na análise efetuada pelos estudos de ciência. Não deveria haver privilégio da sociedade em detrimento da natureza. Até aí, tudo bem. Entretanto, a proposta alternativa – eivada de idealismo – à simetria de Bloor, foi o denominado princípio de simetria generalizada. Pronto, começaram os problemas.

A simetria de Bloor foi estabelecida em resposta a uma orientação perniciosa que grassava nos estudos anteriores. Era usual a consideração, antes de Bloor, que ciência era um conhecimento objetivo que representava bem uma verdade DA natureza, logo, não havia necessidade de uma análise societária dos acertos da ciência. Suas verdades decorriam da obediência a um processo lógico inerente à própria natureza e à ciência. Mas, nos desvios e erros cometidos por cientistas, o caso era outro. A análise sociológica fazia-se necessária para identificar as causas (políticas, ideológicas, psíquicas etc.) que motivaram pesquisadores treinados – como indivíduos objetivos – dobrassem-se às suas próprias subjetividades. Era o que se denominava de “sociologia do erro”.



A proposta inovadora de Bloor foi a de sinalizar que tanto o erro quanto a verdade deveriam ser simetricamente compreendidas como objetos históricos. Foi um impacto e um sucesso essa orientação por uma simetria entre dois processos explicativos – seja em história, em sociologia ou em epistemologia.

Já a “simetria” de Callon-Latour sai do escopo da história, ou da sociologia, ou da epistemologia, e adentra em profundezas metafísicas: eles propõem simetria entre duas entidades – humanos e não-humanos. O humano equipara-se a um objeto inanimado, uma lombada...

Por quê Latour abraçou esta hipótese extravagante?

Afinal, ele poderia dizer simplesmente que solicitava a participação de ambos, humanos e não humanos, como agentes. A ideia de um agenciamento recíproco resolve todas as pendências de então, sem entrar em um imbróglio metafísico.

Por quê Latour não se contentou em apresentar o agenciamento material?

Mistério. Minha sugestão explicativa traça um enredo de luta política, de disputa mertoniana por prestígio no cenário da academia. Vamos a ela!

Com uma proposta de agenciamento, naqueles dias, seu impacto autoral seria menor.

Além desse fato, o programa forte encontrava-se, então, na ribalta intelectual. E o princípio de Callon-Latour “generalizava”, expandia, o de Bloor; a simetria latouriana ia além, ultrapassava a de Bloor. Assim, Latour tornava-se mais “forte” que o programa forte, vencida.

Penso que esta alternativa explicativa – luta por prestígio – tornou-se uma armadilha para a teoria. Essa luta, ao sabor de Merton, é um ótimo exemplo dos danos causados ao desenvolvimento satisfatório de uma teoria por injunções alheias ao solo da discussão.

Ora, seria mais simples e adequado dizer: agenciamento recíproco.

Em conclusão, vemos que o embate realismo *versus* relativismo já esgotou as suas alternativas idealistas, como a simetria latouriana. O momento historiográfico atual abre-se para a pragmática, para teorias da prática, como Pickering e Barad propõem.

Temporalidades: *Atualmente, alguns pesquisadores defendem que a História das ciências deveria ser definida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) como uma grande área do conhecimento, separada da grande área “História”, e dita “interdisciplinar”. A partir de sua trajetória pessoal de formação, de pesquisa e de atuação política, como o senhor recebe essa possibilidade de cisão entre História e História das ciências perante a CAPES?*

Carlos Alvarez Maia: Penso que para o futuro da pesquisa e para o engajamento de pesquisadores em alternativas mais promissoras (como a que defendo ante a pragmática), essa



questão é menor e burocrática. Preocupo-me bastante com o fato da história das ciências ter-se constituído à revelia do pensamento histórico. Não concebo que uma atividade humana – e a ciência é uma delas – possa ser avaliada fora da história. Há historicidade em cada conceito, em cada teoria, e esta historicidade encontra-se na raiz explicativa dos saberes humanos. E isso não pode ser desconhecido por uma história do conhecimento, esteja localizada onde estiver na árvore da burocracia.

Temo que uma cisão entre as áreas disciplinares História e História das Ciências possa resgatar antigos equívocos e ofender a compreensão da historicidade da atividade científica.

Temporalidades: *No âmbito especulativo, seria possível fazer previsões para o campo de pesquisa em História das ciências no Brasil e/ou no mundo? Como o senhor imagina o futuro desta disciplina?*

Carlos Alvarez Maia: Minhas especulações são escravas de meu desejo.

Considero que para um campo profissional as atividades isoladas tenham um peso menor. Acredito que no Brasil faltem centros de produção coletiva nessa área. Este é um papel esperado para a UFMG e sua linha de história da ciência na sua pós-graduação em história. A UFMG tem tudo para, no momento, assumir a vanguarda das pesquisas universitárias nessa área. Necessitamos de um polo radiador de novos pesquisadores como outrora foi a USP.

Na América Latina o ESOCITE tem mostrado um bom desenvolvimento: Colômbia, México, Argentina e Brasil já apresentam alguma integração na área dos “estudos de ciência” – *Science Studies*. Espero que amplie essa rede e que apresente frutos mais contundentes.

Nos países ditos centrais, simplesmente desejo que as pesquisas deem mais atenção à pragmática, que essa inclinação seja mais acentuada e abarque com mais força os aspectos simbólicos dos saberes. Anseio por um tratamento afinado com a prática que demova a pretensão de mostrar saberes como representação e os aponte como fazeres simbólico-materiais. Penso que um ato simbólico é uma forma de ação que engendra um efeito material. O século XX perseguiu e não conseguiu mostrar a contento como a linguagem produz uma ação concreta. Necessitamos de uma semiologia mais próxima da antropologia e da sociologia. Penso que essa direção urge.



Temporalidades: Para finalizar a entrevista, o que o senhor nos diz sobre seu último livro publicado em 2011: *Estudios de historia, ciencias y lenguaje. Los saberes como producción discursiva. Si “todo es texto”, ¿dónde queda la ciencia?*⁶

Carlos Alvarez Maia: Este livro contempla minhas preocupações e pesquisas desenvolvidas nos últimos anos. Examinam-se alguns dos aspectos mais críticos e ainda abertos a interrogações da pesquisa sobre a compreensão contemporânea acerca do processo de produção do conhecimento científico. São aspectos que desafiam o entendimento cognitivo há longo tempo, como:

- o corte sujeito-objeto;
- a ruptura entre mental e material;
- o conflito entre relativismo e realismo; e
- o dilema sobre o que é a realidade, um conjunto de fatos ou de textos? (a realidade é dada pelos fatos percebidos diretamente ou é uma produção textual, uma construção simbólica?)

Todos esses tópicos possuem diferentes faces se são observados desde um ponto de vista idealista ou de um pragmático. Minha alternativa em favor do pragmatismo reconhece nessas questões uma rotina de produção de polaridades (sujeito-objeto, subjetivo-objetivo, relativismo-realismo, material-simbólico, texto-fato etc.) que são simplesmente expressões de um mesmo idealismo que parece ser dominado pela percepção dicotômica entre o mental e o físico, entre a ideia e a matéria.

Minha proposta, mais materialista, alinhada com a prática, prevê que as ocorrências no mundo devem-se a **PROCESSOS INTERATIVOS** entre as entidades desse mundo, concebidas como agentes – sejam elas consideradas, alternativamente, ou como simbólicas ou como materiais. Não há partes isoladas, há um todo interativo em contínuos agenciamentos recíprocos.

Assim, digo que este é um livro preocupado com a questão da agência. Agência dos indivíduos sociais e também dos agentes materiais. O livro concentra-se em explorar que o agenciamento não é uma ocorrência restrita ao registro físico mas é, também, um “fato” no registro simbólico. Uma de suas principais preocupações é identificar como uma agência material produz efeitos no espaço simbólico, da cultura e das teorias científicas.

Para a pesquisa contemporânea, é prioritário explicitar como objetos e coisas atuam sobre os humanos e a sociedade. Um aliado importante dessas mesmas preocupações é o pensamento ecológico.

⁶ MAIA, Carlos Alvarez. *Estudios de historia, ciencias y lenguaje. Los saberes como producción discursiva. Si “todo es texto”, ¿dónde queda la ciencia?* Saarbrücken, Alemanha: Editorial Académica Española, 2011.



O livro é constituído pelo exame de quatro cenários historiográficos que se integram a uma mesma proposta pragmática: como as instâncias simbólica e material são focos de agenciamentos. Neste trabalho, as atividades simbólico-materiais mostram-se como fundamento e constituem a base semiológica da linguagem. Concebe-se a linguagem como uma produção etnográfica de ação material que decorre da interação recíproca entre pessoas e coisas. Tal concepção de linguagem encontra-se afinada com a etnologia de Leroi-Gourhan e distante da linguística que focaliza os atos mentais. Assim, a linguagem comparece como uma ferramenta simbólica, ativa e ao lado de tantas outras, tipicamente materiais, que propiciam uma intervenção histórica no mundo. Considera-se que uma ferramenta sempre é uma produção simultaneamente simbólica e material. Ao longo desses quatro capítulos, paulatinamente, investiga-se a relação interativa entre a prática da pesquisa e a produção de suas “representações” conceituais. A proposta culmina no último capítulo com a análise de como a agência material produz efeitos no espaço simbólico, da cultura e das teorias científicas.

Este é um livro de combate ao idealismo, em favor do pragmatismo. Sua filiação a autores é extensa e múltipla, porém, harmônica: Fleck, Wittgenstein e Bloor dialogam com Austin, Leroi-Gourhan e Barthes. Hayden White é homenageado. Chartier, Lynn Hunt, LaCapra e Falcon defendem a história. Derrida e Marx também comparecem. Na área dos *Science Studies*, Pickering e Barad são aplaudidos enquanto Latour é redimensionado.

Um último aviso sobre a edição. A editora, EAE, não realizou revisão do texto, logo, toda responsabilidade pela forma e conteúdo do livro é minha.

Ele pode ser visto na Amazon.com:

http://www.amazon.com/Estudios-historia-ciencias-lenguaje-discursiva/dp/3846574929/ref=sr_1_1?s=books&ie=UTF8&qid=1328179789&sr=1-1